



# BOLETIM OFICIAL

## SUMÁRIO

### Assembleia Nacional:

#### Resolução nº 147/IV/2005:

Deferindo o pedido de prorrogação da suspensão temporária de mandato do Deputado Atelano João de Henrique Dias da Fonseca.

#### Resolução nº 148/IV/2005:

Deferindo os pedidos de prorrogação e de suspensão temporária de mandato dos Deputados José Pires dos Santos e Armando Jorge Lopes Monteiro, respectivamente.

#### Resolução nº 149/IV/2005:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Manuel Amaro Rodrigues Monteiro.

#### Resolução nº 150/IV/2005:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato da Deputada Florentina da Cruz Lima e Lima.

#### Resolução nº 151/IV/2005:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado João Marcelino do Rosário.

#### Despacho Substituição nº 150/VI/2005:

Substituindo os Deputados Armando Jorge Lopes Monteiro e José Pires dos Santos por Fernando Semedo e Domingos João dos Santos, respectivamente.

#### Despacho Substituição nº 151/VI/2005:

Substituindo a deputada Florentina da Cruz Lima e Lima por António Fonseca Santos.

#### Despacho Substituição nº 152/VI/2005:

Substituindo o Deputado Manuel Amaro Rodrigues Monteiro por Eurico Monteiro Fortes.

#### Despacho Substituição nº 153/VI/2005:

Substituindo o Deputado João Marcelino do Rosário por Celestino Oliveira.

#### Ministério das Infraestruturas e Transportes:

Gabinete do Ministro.

Direcção de Serviço de Administração.

#### Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

#### Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral da Administração Eleitoral.

#### Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

Gabinete da Ministra.

Direcção dos Recursos Humanos.

**Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública:**

Direcção-Geral da Administração Pública.

**Ministério das Finanças e Planeamento:**

Direcção de Administração.

**Município da Boa Vista:**

Câmara Municipal.

**Município de Paul:**

Câmara Municipal.

**Município de São Filipe:**

Assembleia Municipal.

**Município do Santa Cruz:**

Câmara Municipal.

**Município do Santa Catarina:**

Câmara Municipal.

**Imprensa Nacional de Cabo Verde, S. A:**

Assembleia-Geral.

---

---

**ASSEMBELIA NACIONAL**

---

**Comissão Permanente**

**Resolução nº 147/VI/2005**

**de 2 de Junho**

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de prorrogação da suspensão temporária de mandato do Deputado Atelano João de Henrique Dias da Fonseca, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de São Filipe, até 25 de Setembro de 2005.

Aprovada em 22 de Abril de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, em exercício, *Alberto Josefa Barbosa*.

---

**Resolução nº 148/VI/2005**

**de 2 de Junho**

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Primeiro

Deferir o pedido de prorrogação da suspensão temporária de mandato do Deputado José Pires dos Santos, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, até 1 de Agosto de 2005.

**Artigo Segundo**

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, por um período compreendido entre 15 e 30 de Maio de 2005.

Aprovada em 20 de Maio de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

---

**Resolução nº 149/VI/2005**

**de 2 de Junho**

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 550 do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Manuel Amaro Rodrigues Monteiro, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Europa e Resto do Mundo por um período de 10 dias, com efeito a partir do dia 23 de Maio de 2005.

Aprovada em 23 de Maio de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

---

**Resolução nº 150/VI/2005**

**de 2 de Junho**

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato da Deputada Florentina da Cruz Lima e Lima da lista do MPD pelo Círculo Eleitoral do Porto Novo, por um período compreendido entre 15 e 30 de Maio de 2005.

Aprovada em 23 de Maio de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

---

**Resolução nº 151/VI/2005**

**de 2 de Junho**

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado João Marcelino do Rosário, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, por um período de dez dias, com efeito a partir do dia 23 de Maio de 2005.

Aprovada em 24 de Maio de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

## Gabinete do Presidente

### Despacho Substituição nº 150/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato dos seguintes Deputados:

1. Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, pelo candidato não eleito da mesma lista Fernando Semedo.

2. José Pires dos Santos, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, pelo candidato não eleito da mesma lista Domingos João dos Santos.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 23 de Maio de 2005. — O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

### Despacho Substituição nº 151/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato da Deputada Florentina da Cruz Lima e Lima, da lista do MPD pelo Círculo Eleitoral do Porto Novo, pelo candidato não eleito da mesma lista, António Fonseca Santos.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 23 de Maio de 2005. — O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

### Despacho Substituição nº 152/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado Manuel Amaro Rodrigues Monteiro, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Europa e Resto do Mundo, pelo candidato não eleito da mesma lista, Eurico Monteiro Fortes.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 23 de Maio de 2005. — O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

### Despacho Substituição nº 153/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado João Marcelino do Rosário, eleito na lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, pelo candidato não eleito da mesma lista, Celestino Oliveira.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 20 de Maio de 2005. — O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

### Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e das Infraestruturas e Transportes:

De 25 de Janeiro de 2005:

Maria de Lurdes Vieira Pinto Almeida, técnico superior principal, referência 15, escalão D, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Infraestruturas e Transportes, é nomeada, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de Directora de Serviço de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, ao abrigo do disposto nº 2, artigo 3º e 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com as alíneas *a*) e *b*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na Cl. Ec. 3.01.01.02 da Divisão 10.10.05 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Abril de 2005).

Gabinete do Ministro das Infraestruturas e Transportes, na Praia, aos 11 de Fevereiro de 2005. — O Director de Gabinete, *José Santos Figuerido Ramos*.

### Direcção de Serviço de Administração

De 9 de Maio de 2005:

Isolina Lopes Tavares, assistente administrativo, referência 6, escalão C, da Capitania dos Portos de Sotavento na situação de licença sem vencimento de longa duração, prorrogada a referida licença por mais 1 (um) ano, nos termos do nº 1 do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 03/93 de 5 de Abril com efeitos a partir do dia 29 de Abril de 2005.

De 17:

António Francisco Fernandes Rodrigues, técnico superior, referência 13, escalão B, do quadro da Direcção-Geral das Infraestruturas e Saneamento Básico, nos termos do nº 1 do artigo 47º, conjugado com o nº 1 do artigo 48º, ambos do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril, é concedido 1 (um) ano de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 18 de Maio do corrente ano.

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, aos 20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviço, por substituição, *Maria de Lourdes V. Pinto de Almeida*.

—o—

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro do Estado e da Saúde:

De 20 de Setembro de 2004:

Karine Livia Modesto Rodrigues, licenciada em odontologia, nomeada para provisoriamente exercer o cargo de técnica superior referência 13, escalão A, da Direcção-Geral dos

Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Romine Alexandre Lima Fortes Oliveira, licenciada em psicologia, nomeada para provisoriamente exercer o cargo de técnica superior, referência 13, escalão A, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea c) do arf 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir da sua publicação no *Boletim Oficial*.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 18 de Maio de 2005).

De 31 de Outubro:

Eliana da Graça Soares, licenciada em medicina, nomeada para provisoriamente exercer o cargo de Médica Geral - Escalão IV, Índice 100, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea nº 1 do artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Maio de 2005).

De 31 de Março de 2005:

É nomeado, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Delegado de Saúde de Santa Catarina - nível III, Luís Celestino Tavares Sanches, médico geral, Escalão IV, Índice 100, do quadro do Ministério da Saúde, nos termos da alínea a) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com os artigos 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigo 3º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

De 1 de Abril:

Nira Correia Gonçalves Dias, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso de enfermagem geral, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço, exercer o cargo de Enfermeira Geral - escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Josefa Nascimento da Veiga, técnica auxiliar referência 5, escalão F, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso de enfermagem geral, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço, exercer o cargo de enfermeira geral - escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 130 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Fátima Maria Semedo Carvalho Nascimento, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso de enfermagem geral, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço, exercer o

cargo de enfermeira geral, escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e mo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Filomena da Cruz dos Santos, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso de enfermagem geral, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço, exercer o cargo de enfermeira geral - escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Maria Rosa Neves Teixeira, auxiliar administrativo referência 2, escalão D, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso de enfermagem geral, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço, exercer o cargo de enfermeiro geral - escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 18 de Maio de 2005).

Maria do Rosário Tavares Varela, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso geral de enfermagem, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço exercer o cargo de enfermeiro geral escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Maria Antónia Pereira Vaz Correia Semedo, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso geral de enfermagem, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço exercer o cargo de enfermeiro geral, escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Lúcia de Pina, técnica profissional do 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomada com o curso geral de enfermagem, nomeada por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço exercer o cargo de enfermeiro geral, escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

Marcos Landim Semedo, técnica auxiliar, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, diplomado com o curso geral de enfermagem, nomeado por urgente conveniência de serviço para em comissão de serviço exercer o cargo de enfermeiro geral, escalão V, Índice 100, ao abrigo do disposto no nº 4 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea a) do artigo 27º da Lei nº 149/IV/95, de 7 de Novembro e artigo 8º alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 17 de Maio de 2005).

A despesa tem cabimento no Cap. 1º Divisão 3º Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde

De 10 de Maio:

EDITAL Nº 13/2005

Antonino Correia Monteiro, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão B, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina, transferido por conveniência de serviço, para a Delegacia de Saúde do Tarrafal, onde passará a desempenhar as suas funções.

Nuias Mendes Barbosa da Silva, Director-Geral da Administração Eleitoral, faz público, nos termos dos artigos 39º e 40º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral em São Nicolau.

De 12:

Nos termos do artigo 47º e seguintes do Decreto Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, é extinto o vínculo com a Administração Pública aos seguintes funcionários:

Membros efectivos:

- José Luís Reis - Presidente
- Paula Melo Ramos Gomes
- António Santos Santana

Membros suplentes:

- Ana Eulália de Brito
- Eurico Cristino de Brito

Direcção-Geral da Administração Eleitoral, na Praia, aos 20 de Maio de 2005. - O Director-Geral, *Nuias Silva*.

—o—o—

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Gabinete da Ministra

DESPACHO Nº 7/2005

Convindo, ao abrigo do artigo 19º do Decreto-Legislativo nº 2/95, de 20 de Junho, e do nº 1 do artigo 26º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Junho, na redacção actual dada Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro, delegar competências para a prática de actos de administração ordinária relativos aos serviços do Ministério da Educação, no Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, determino o seguinte:

1. Delegar no Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, a competência para a prática dos seguintes actos de administração ordinária relativos aos serviços deste Ministério:

- a) Celebração, prorrogação e rescisão de contratos do pessoal docente e de demais agentes do Ministério;
- b) Celebração, prorrogação e rescisão de contratos de empreitadas de construções de infra-estruturas escolares e fornecimento de bens e serviços;
- c) Promoção e progressão do pessoal docente e dos demais funcionários do Ministério;
- d) Concessão de licença sem vencimentos de longa duração e licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro de funcionários do Ministério;
- e) Mobilidade de pessoal, no âmbito e entre os serviços do Ministério;
- f) Deslocação de funcionários e agentes ao estrangeiro em gozo de férias;
- g) Nomeação dos gestores do EB, precedendo proposta da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário e ouvidos os respectivos Delegados do Ministério;

—o—o—

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral da Administração Eleitoral

EDITAL Nº 12/2005

Nuias Mendes Barbosa da Silva, Director-Geral da Administração Eleitoral, faz público, nos termos dos artigos 39º e 40º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral em Moçambique.

Membros efectivos:

- Ester Fernandes de Mendonça - Presidente
- Elsa Maria Lizardo Costa
- Luísa Garcia Fernandes

Direcção-Geral da Administração Eleitoral, na Praia, aos 20 de Maio de 2005. - O Director-Geral, *Nuias Silva*.

- h) Autorização de reclassificação de professores em virtude de aquisição de novas habilitações, obedecendo os correspondentes créditos orçamentais;
- i) Conferição de posse aos Directores de Serviços, Delegados do Ministério e Directores de Escolas Secundárias;
- j) Realização de despesas de funcionamento inscritas no orçamento do Ministério até ao montante de vinte vezes o vencimento do seu cargo;
- k) Realização de despesas de investimento inscritas no orçamento do Ministério até ao montante de vinte vezes o vencimento do seu cargo;
- l) Autorização de realização de despesas de bolsas de estudos inscritas no orçamento do Ministério;
- m) Concessão de subsídios de isolamento e de compensação pela redução de carga horária;
- n) Atribuição de suplementos remuneratórios ao pessoal docente investido em cargos de gestão e coordenação;
- o) Decisão de processos disciplinares que apliquem penas que não sejam da competência exclusiva do Ministro.

2. A entidade delegada deve mencionar sempre essa qualidade no uso da delegação.

3. A entidade delegada pode subdelegar os poderes previstos no presente despacho devendo a subdelegada mencionar sempre essa qualidade no uso da subdelegação.

Gabinete da Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na Praia, aos 1 de Maio de 2005. — A Ministra, *Filomena de Fátima Ribeiro Martins*

#### DESPACHO Nº 8/2005

Tendo o Secretário/Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos sido convidado pelo Serviço de Cooperação e Acção Cultural da Embaixada de França em Cabo Verde, a realizar uma missão oficial a Paris, a decorrer entre o dia 5 e 21 de Maio do ano em curso, e

Convindo assegurar a prática regular de actos de administração ordinária relativos aos serviços do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, determino:

1. Designar, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto/Legislativo n.º 13/97 de 1 de Julho, na redacção dada pelo Decreto/Legislativo n.º 4/98, de 19 de Outubro, o Dr Adriano Monteiro, para substituir o Secretário/Geral durante a sua ausência;
2. Autorizar o substituto a exercer todos os poderes próprios do SG e os poderes delegados no despacho de 1 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

Gabinete da Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na Praia, aos 4 de Maio de 2005. — A Ministra, *Filomena de Fátima Ribeiro Martins*

#### Direcção dos Recursos Humanos

Despacho da S. Exª a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 5 de Maio de 2005:

Manuel da Luz Rocha, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de Santa Cruz, ilha de Santiago, aplicada a pena de demissão nos termos das alíneas a) do artigo 75º do EDP, conjugado com as alíneas l e e) do artigo 28º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

Júlia Vieira, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, quadro definitivo do pessoal da Delegação dos Mosteiros, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Fevereiro de 2004, prorrogada a referida licença, por mais 1 ano, com efeitos a partir 1 de Fevereiro de 2005, em conformidade com os estipulados nos nºs 1, 2 e 3 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril.

Jorge Manuel Bento Fortes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, quadro definitivo do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, em exercício de funções na Delegação de São Vicente concedida nos termos dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o nº 1 do artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março, licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir do ano lectivo 2005/2006.

Teresa Augusta Martins Rodrigues Barbosa, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, quadro definitivo do pessoal da Delegação dos Mosteiros, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Setembro de 2004, prorrogada a referida licença, por mais 1 ano, com efeitos a partir 1 de Setembro de 2005, em conformidade com os estipulados nos nºs 1, 2 e 3 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril.

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na Praia, aos 17 de Maio de 2005. — O Director, *Ulisses Monteiro*.

—o—o—

## MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Director substituto da Contabilidade Pública por sub-delegação de S. Exª o Ministro das Finanças, e Planeamento:

De 15 de Abril de 2005:

Maria Tavares Semedo, na qualidade de viúva de Geraldo Xavier Pereira, que foi guarda florestal da Direcção-Geral de Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural do ex-Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, aposentado, falecido em 21 de Fevereiro de 2005, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão da Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 104.568\$00 (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito escudos) com efeito a partir de 21 de Fevereiro de 2005.

De 18:

Maria Vaz Coimbra, na qualidade de viúva de Carolino Almeida Coimbra, que foi operário não qualificado do Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente, aposentado, falecido em 13 de Janeiro de 2004, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão da Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 6/III/89, a pensão de sobrevivência anual de 104.568\$00, (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito escudos) com efeito a partir de 13 de Janeiro de 2004.

Beneficiou do Decreto-Lei nº 5/2005

As despesas têm cabimento na verba da Org. 10.12, Div. 14 - Enc. Comuns e Código Econ. 3.05.03.01.02 do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Planeamento. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Maio de 2005).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 16 de Maio de 2005. — A Directora-Geral, p/s, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
E PLANEAMENTO

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Finanças e Planeamento:

De 31 de Março de 2005:

Nos termos do estatuído nos nºs 1 e 3 do artigo 9º, alínea c) do artigo 25º do Decreto-Lei nº 73/95, de 21 de Novembro, conjugado com os nºs 3 e 5 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados definitivamente nos cargos de técnico-adjunto, referência 11, escalão A, os seguintes indivíduos para o quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento.

- Domingos Rodrigues Gomes;

- Edmilson Lopes Fortes.

Nos termos do estatuído no nº 5 do artigo 13º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 3 do artigo 9, da alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 73/95, de 21 de Novembro, é nomeada definitivamente no cargo de Inspectora Tributária, do quadro da carreira técnica da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, a Senhora Maria Lopes Delgado Jesus.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.01. 02 do quadro de pessoal do orçamento do Ministério das Finanças e Planeamento. - (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Maio de 2005).

Aurélio da Moura Tavares Semedo, agente de 1ª classe, referência 1, escalão A, do quadro do pessoal da Guarda-Fiscal, actualmente em serviço no Comando da Secção Fiscal da Praia, transferido por conveniência de serviço nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, na mesma situação e categoria para o Destacamento de Assomada.

António Gonçalves Gomes, oficial de brigada, referência 8, escalão A, do quadro do pessoal da Guarda-Fiscal, actualmente em serviço no Comando da Secção Fiscal da Praia, transferido por conveniência de serviço nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, na mesma situação e categoria para o Comando da Secção Fiscal do Mindelo.

António Lopes Barreto, Marcelino dos Reis Pereira Brito e Luís Carlos Mendes de Barros, 2ºs subchefes da Guarda-Fiscal, referência 4, escalão A, actualmente em serviço no Comando da Secção Fiscal da Praia, transferidos por conveniência de serviço nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, na mesma situação e categoria para o Comando da Secção Fiscal do Mindelo.

A despesa tem cabimento no Código 3. 01.90.00, do orçamento do Ministério das Finanças e Planeamento.

De 25 de Abril:

Nilton César Monteiro Garcia, agente da 2ª classe da Guarda-Fiscal, colocado no Comando da Secção Fiscal de Espargos, transferido a seu pedido, na mesma categoria e situação para os Serviços Centrais na Praia, nos termos do artigo 3º, do nº 1 do artigo 4º, e do artigo 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

António da Luz M. Duarte, agente da 2ª classe da Guarda-Fiscal, colocado no Comando da Secção Fiscal de Espargos, transferido a seu pedido, na mesma categoria e situação para os Serviços Centrais na Praia, nos termos do artigo 3º, do nº 1 do artigo 4º, e do artigo 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

De 26:

João Pedro de Pina, 1º subchefe do pessoal da Guarda-Fiscal, em serviço na secção Fiscal na ilha de Maio, transferido a seu pedido, na mesma situação e categoria para os serviços centrais da Guarda Fiscal na Praia, nos termos dos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Junho.

De 17 de Maio:

Aristides da Luz Chantre Gomes, contratado em regime de contrato a termo, para exercer as funções de condutor auto-ligeiro na Direcção-Geral do Plano, do Ministério das Finanças e Planeamento, rescindido o referido contrato, nos termos do número 2 do artigo 151º da Lei nº 101/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 19 de Novembro de 2004.

Despacho do Director do Hospital "Dr. Agostinho Neto":

De 17 de Maio de 2005:

Alcinda Maria da Cruz Mota, técnica adjunto do quadro da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, em 12 de Maio de 2005, que é de seguinte teor.

«Devem-lhe ser justificadas as faltas dadas de 3 de Março 2005 a 12 de Maio de 2005 e deve manter-se de baixa por mais noventa dias».

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, na Praia, aos 24 de Maio de 2005. - A Directora de Administração, *Albertina Rocha Costa*.

— o ã o —

MUNICIPIO DA BOA VISTA

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO N.º 5/2004

Ao abrigo da alínea l) nº 2 do artigo 81º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, a Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na 1ª Sessão Ordinária do ano 2004, nos dias 10 e 11 de Junho de 2004, deliberou apreciar e aprovar a proposta de composição da Comissão de

Recenseamento Eleitoral da Boa Vista conforme se designa abaixo, com 9 (nove) votos a favor, 4 (quatro) votos contra e 0 (zero) abstenção.

**Membros efectivos:**

- Daniel Gomes Alves
- Ilídio Ribeiro Marques
- Eloisa Maria Lima Melo

**Membros suplentes**

- Helder Uniginite Lima Brito
- Cândida Luísa Barbosa Gomes

Assembleia Municipal da Boa Vista, aos 16 de Novembro 2004. – O Presidente da Assembleia Municipal, *José Luís Lima Santos*.

**DELIBERAÇÃO Nº 15/2004**

Ao abrigo da alínea b) n.º 2 do artigo 81.º da Lei n.º 134/IV/95 de 3 de Julho, a Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na 2ª Sessão Ordinária do ano 2004, nos dias 15 e 16 de Novembro de 2004, deliberou aprovar a proposta de nova tabela de preços de venda de terrenos, com 12 (doze) votos a favor 0 (zero) contra e 1 (um) abstenção.

**TABELA DE PREÇOS DE ALIENAÇÃO DE TERRENO**

ZONA	PREÇO Venda m2
<b>A – Zona de expansão de Vila de Sal-Rei:</b>	
Para moradias .....	200\$00
Para vivendas .....	500\$00
Para empreendimentos turísticos e comerciais ....	1.000\$00
<b>B – Zonas de expansão de Cabral, Rotchinha e João Cristão:</b>	
Para moradias .....	600\$00
Para vivendas .....	1.000\$00
Para fins comerciais, turísticos e comerciais ....	1.300\$00
<b>C – Zona de expansão do Rabil – Boaventura (A):</b>	
Para moradias .....	400\$00
Para vivendas .....	700\$00
Para fins comerciais e turísticos .....	1.000\$00
<b>D – Zona de expansão do Rabil – Boaventura (A):</b>	
Para moradias .....	400\$00
Para vivendas .....	700\$00
Para fins comerciais e turísticos .....	1.000\$00
<b>E – Zonas de expansão Riba Rotcha – Rabil:</b>	
Para moradias .....	500\$00
Para vivendas .....	900\$00
Para fins comerciais e turísticos .....	1.200\$00
<b>F – Zonas de expansão dos povoados do Concelho (A):</b>	
Para moradias .....	150\$00
Para vivendas .....	500\$00
Para fins comerciais e turísticos .....	900\$00

**G – Zonas de expansão dos povoados do Concelho (A):**

Para moradias .....	400\$00
Para vivendas .....	700\$00
Para fins comerciais e turísticos .....	1.000\$00

**H – Outras Zonas (Fora das localidades):**

Fins turísticos .....	1.300\$00
-----------------------	-----------

Assembleia Municipal da Boa Vista, aos 16 de Novembro de 2004. – O Presidente, *José Luís Lima Santos*.

**DELIBERAÇÃO Nº 019/2004**

A Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária do ano 2004, nos dias 15 e 16/11/04, tendo analisado a proposta de fixação de senha de presença dos eleitos municipais, de 4 de Novembro de 2004, deliberou nos termos do artigo 6º alínea f) da Lei n.º 14/91 de 30 de Dezembro, fixar a senha de presença correspondente a 3500\$00 (três mil e quinhentos escudos), por unanimidade de votos.

Assembleia Municipal da Boa Vista, aos 16 de Novembro de 2004. – O Presidente, *José Luís Lima Santos*.

—o—

**MUNICIPIO DO PAUL**

**Câmara Municipal**

**DELIBERAÇÃO**

**De 12 de Janeiro de 2004**

Joana Lima Almeida, oficial administração, referência 8, escalão B, do quadro da Câmara Municipal do Paul, promovida para oficial principal, referência 9, escalão C, nos termos da alínea c) n.º artigo 29º do Decreto-Lei n.º 86/92 de 16 de Julho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3º, artigo 16º n.º 1 do orçamento vigente.

Câmara Municipal do Paul, aos 16 de Maio de 2005. – O Presidente, *Américo Tomás Melício Silva*.

—o—

**MUNICIPIO DE SÃO FILIPE**

**Assembleia Municipal**

**DELIBERAÇÃO**

Nos termos da alínea b) do ponto 2 do artigo 81 da Lei 134/IV/95 de 3 de Julho, conjugado com alínea ai) do ponto 3, do artigo 2º do Regimento, a Assembleia Municipal de São Filipe, reunida na sua segunda sessão ordinária, na sala de sessões da Assembleia Municipal, deliberou o seguinte:

Aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, o orçamento para o ano 2004.

**MUNICIPIO DE S.FILIFE**  
**ORÇAMENTO PARA O ANO 2004**

CA	GR	AR	AL	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	IMPORTANCIA		
					P/ARTIGO	P/GRUPO	P/CAPITULO
1				<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>			<b>2.001.200,00</b>
				DESPESAS CORRENTES			
	1			VENCIMENTOS E SALÁRIOS		489.600,00	
		2		Salário do pessoal eventual	489.600,00		
	2			Gratificações		408.000,00	
	4			Representação		35.000,00	
	6			Senhas de presença		160.000,00	
	9			Deslocações		360.000,00	
	10			Telefones individuais		32.640,00	
	17			Remunerações serviços auxiliares		234.200,00	
	26			BENS DURADOUROS		26.760,00	
		3		Mat. educação cultura e recreio	11.760,00		
		5		Mat. honorífico e representação	10.000,00		
		7		Outros bens duradouros	5.000,00		
	27			BENS NÃO DURADOUROS		205.000,00	
		2		Combustíveis e lubrificantes	50.000,00		
		4		Consumo de secretaria	150.000,00		
		5		Outros bens não duradouros	5.000,00		
	29			DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO		50.000,00	
		3		Locação de bens	5.000,00		
		4		Transportes e comunicações	20.000,00		
		6		Publicidade e propaganda	10.000,00		
		8		Encargos não especificados	15.000,00		
2				<b>PRESIDENCIA DA CÂMARA</b>			<b>3.756.448,00</b>
				DESPESAS CORRENTES			
	1			VENCIMENTOS E SALÁRIOS		2.748.448,00	
		1		Vencimento do pessoal de quadro	1.632.000,00		
		2		Salário do pessoal eventual	1.116.448,00		
	2			Gratificações		20.000,00	
	4			Representação		244.800,00	
	5			Horas extraordinarias		70.000,00	
	9			Deslocações		504.000,00	
	10			Telefones individuais		163.200,00	
	25			Abono de família		6.000,00	
3				<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>			<b>4.317.200,00</b>
				DESPESAS CORRENTES			
	1			Vencimentos e salários		3.264.000,00	
		1		Vencimentos do pessoal de quadro			
		2		Salário do pessoal eventual	3.264.000,00		
	2			Gratificações		0,00	
	4			Representação		400.000,00	
	5			Horas extraordinárias		20.000,00	
	6			Senhas de presença		100.000,00	
	9			Deslocações		370.000,00	
	10			Telefones individuais		163.200,00	

4		<b>REPARTIÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>		57.553.408,00
		DESPESAS CORRENTES		
	1	VENCIMENTOS E SALÁRIOS		8.188.224,00
	1	Vencimento do pessoal de quadro	3.653.076,00	
	2	Salário do pessoal eventual	4.535.148,00	
	2	Gratificações		336.672,00
	3	Abono para falhas		9.000,00
	5	Horas extraordinárias		40.000,00
	7	Subsídio de residência		0,00
	8	Participação e prémios		200.000,00
	9	Deslocações		500.000,00
	11	Alimentação alojamento numerário		30.000,00
	13	Alimentação alojamento compensação de encargos		120.000,00
	17	Remuneração serviços auxiliares		1.000.000,00
	18	Remunerações diversas numerário		90.000,00
	20	Remunerações diversas previdência social		37.000,00
	25	Abono de família		44.800,00
	26	<b>BENS DURADOUROS</b>		799.500,00
	1	Construção e grandes reparações	280.000,00	
	2	Material de alojamento	100.000,00	
	3	Material de educação cultura e recreio	70.000,00	
	4	Material fabril oficial e laboratório	102.500,00	
	5	Material honorífico e representação	40.000,00	
	6	Equipamentos de secretaria	170.000,00	
	7	Outros bens duradouros	37.000,00	
	27	<b>BENS NÃO DURADOUROS</b>		1.123.274,00
	2	Combustíveis e lubrificantes	250.000,00	
	4	Alimentação roupas e calçado	473.274,00	
	5	Consumo de secretaria	380.000,00	
	6	Outros bens não duradouros	20.000,00	
	28	<b>CONSERVAÇÃO E APROV. DE BENS</b>		800.000,00
	29	<b>DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO</b>		3.686.000,00
	1	Encargos próprios das instalações	1.000.000,00	
	2	Encargos com a saúde	26.000,00	
	3	Locação de bens	250.000,00	
	4	Transportes e comunicações	1.950.000,00	
	5	Representação	320.000,00	
	6	Publicidade e propaganda	50.000,00	
	7	Trabalhos especiais diversos	80.000,00	
	8	Encargos não especificados	10.000,00	
	30	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>		26.040.938,00
	1	Sector público		
	a)	Assistência exterior aos funcionários	100.000,00	
	b)	Associação dos Municípios Fogo/Brava	409.200,00	
	c)	Associação Nacional dos Municípios	110.000,00	
	d)	Gabinete Desenvolvimento Regional	400.000,00	
	e)	União das Cidades Capital - UCCLA	750.000,00	
	2	Apoio organizações inframunicipais	70.000,00	
	3	Apoio Serviço Autón. Municipal mecânica Auto - SAMMA	10.200.000,00	
	4	Apoio Serv. Autón. Munic. Merc. feira, cemit. - SAMSMFC	13.201.738,00	
	5	Apoio Serv. Autón. Munic. Prom. Cult. Turis - SAMPCT	800.000,00	

31		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		314.000,00	
	1	Juros	25.000,00		
	2	Rendas de terrenos	2.000,00		
	3	Seguros de materiais de transportes	150.000,00		
	4	Julgamento contas de gerência	100.000,00		
	5	Seguro acidente de trabalho	30.000,00		
	6	Outras despesas correntes	7.000,00		
		<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
32		INVESTIMENTOS		<b>14.194.000,00</b>	
	1	Consolidação do I.U.P.	1.044.000,00		
	2	Reforço serviços Autónomos Municipais, implementação de medidas de coordenação e interligação entre eles.	450.000,00		
	3	Criação condições para prossecução de iniciativas de modernização dos procedimentos de Administração Municipal	600.000,00		
	4	Início do processo de informatização da contabilidade Municipal e e sua interligação em rede	300.000,00		
	5	Seguimento do funcionamento da Agência Municipal de Cova Figueira e medidas com vista ao arranque eventual do de Patim bem como reflexão sobre a oportunidade da criação de outras	150.000,00		
	6	Acompanhamento, expedientes contabilísticos e realização de auditorias financeiras	400.000,00		
	7	Aquisição de terrenos urbanizáveis	8.000.000,00		
	8	Manutenção e conservação de bens imóveis (edifícios municipais)	600.000,00		
	9	Construção (início) de uma residência de representação Municipal	1.800.000,00		
	10	Actualização inventário de bens Municipais	250.000,00		
	11	Aquisição de equipamentos e materiais para serviços Municipais	600.000,00		
5		<b>DIVISÃO DA PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESEN. COMUNITÁRIO</b>			<b>15.094.400,00</b>
	32	INVESTIMENTOS			
	1	PROMOÇÃO SOCIAL		<b>2.604.400,00</b>	
	a)	Início do processo de constituição de um banco de dados sobre famílias mais vulneráveis	160.000,00		
	b)	Acompanhamento da implementação das acções ligadas ao programa "Luta Contra a Pobreza"	100.000,00		
	c)	Auto-construção assistida - melhoria/acabamento/reparação de habitações das famílias mais carenciadas	1.200.000,00		
	d)	Apoio humanitário a famílias mais vulneráveis	650.000,00		
	e)	Reparação/construção de cisternas familiares	200.000,00		
	f)	Subsídio, pessoas deficientes e/ou muito vulneráveis- Pre. Repúbl.	194.400,00		
	g)	Subsídio a pessoas carenciadas - Pensão Social Mínima	100.000,00		
	2	JUVENTUDE		<b>2.170.000,00</b>	
	a)	Organização de intercâmbios entre jovens das três Freguesias	550.000,00		
	b)	Início da criação de centro de Juventude em algumas localidades como projecto piloto	800.000,00		
	c)	Apoio d'diversa natureza a grupos juvenis organizados, visando o fomento de actividades recreativas, artísticas, económicas, etc.	820.000,00		
	3	EDUCAÇÃO		<b>2.130.000,00</b>	
	a)	Subsídio para funcionamento de jardins de infância sob gestão da Câmara Municipal	1.080.000,00		
	b)	Criação de um parque infantil em Achada S.Filipe bem como o seu equipamento	450.000,00		
	c)	Concessão bolsás de estudos alunos de famílias +carenciadas	600.000,00		

6	32	4	CULTURA		6.120.000,00		
		a)	Organização das actividades ligadas ao Dia do Município	5.300.000,00			
		b)	Promoção de apoio a diferentes manifesta. culturais tradicio.	620.000,00			
		c)	Organização da semana cultural	200.000,00			
		5	DESPORTOS		1.450.000,00		
		a)	Organização, torneio "taça S. Filipe" integrado n/festas do Município	300.000,00			
		b)	Promoção e apoio a diferentes modalidades desportivas	400.000,00			
		c)	Acompanhamento da utilização das diferentes estruturas desportivas Municipais	180.000,00			
		d)	Iniciativas que incentive a concretização de competições desportivas Nacionais neste Concelho	150.000,00			
		e)	Organização de intercâmbio desportivo entre equipas não federadas das três Freguesias	420.000,00			
		7	SAÚDE		620.000,00		
		a)	Dinamização das actividades ligadas ao programa "Luta Contra Sida"	100.000,00			
		b)	Apoio diverso a pacientes mais carenciados	520.000,00			
				<b>DIVISÃO DE URBANISMO HABITAÇÃO E OBRAS</b>		70.148.812,00	
				<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
				<b>INVESTIMENTOS</b>		70.148.812,00	
				1	Continuação de expedientes relacionados com a regularização urbana da Cidade de S. Filipe	250.000,00	
				2	Prossecução das iniciativas visando reforço da interligação dos diferentes bairros no tecido urbano (arruamentos ...)	4.600.000,00	
				3	Prossecução do processo de electrificação rural	25.000.000,00	
				4	Melhoria das condições de abastecimento de água às populações - conclusão das obras do III Congresso e s/ligação ao Monte Barro	850.000,00	
				5	Continuação dos trabalhos do cadastro urbano	898.812,00	
				6	Conclusão das moradias económicas	2.000.000,00	
		7	Conclusão do projecto da modernização do polidesportivo de Achada S. Filipe	15.000.000,00			
		8	Conclusão (pintura) do edificio destinado ao Museu	600.000,00			
		9	Conclusão do polidesportivo de Figueira Pavão	2.000.000,00			
		10	Conclusão d'obras, 5 moradias sociais, Lém de Cima	300.000,00			
		11	Prossecução dos trabalhos do restauro do sobrado "Nhô Agnelo" e da vivenda em "Pico Pires"	250.000,00			
		12	Conclusão do acesso Aeroporto / III Congresso	950.000,00			
		13	Continu. dos trabalhos da melhoria, campo futebol S. Lourenço	1.300.000,00			
		14	Início construção de infraestr. desportivas em Cabeça Fundão Galinheiro, Luzia Nunes, Fonte Aleixo Sul e Ribeira Filipe	6.850.000,00			
		15	Início do processo da valorização das vocações competitivas das principais localidades das tres Freguesias	900.000,00			
		17	Prossecução das iniciativas ligadas ao ordenamento das localidades com grande concentração humana	4.400.000,00			
		18	Apoio a consolid. d'associações de Desenvolvim. Comunitário	250.000,00			
		19	Continuação das iniciativas visando o desencrav. da localidade de Campanas de Cima e sua ligação com Campanas de Baixo	1.300.000,00			
		20	Continuação da adaptação / modernização das infra-estruturas desportivas existentes	2.450.000,00			

7		<b>DIVISÃO SERVIÇOS URBANOS</b>			
		<b>ABASTECIMENTO PÚBLICO E</b>			
		<b>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</b>			7.040.000,00
	32	<b>INVESTIMENTOS</b>		7.040.000,00	
	1	Desenvolvimento de acções visando o ordenamento das localidades urbanas das três Freguesias	4.600.000,00		
	2	Início de desenvolv. de algumas iniciativas ligadas à concretização de estudos relativos à implement., Plano Desenv.Municipal	450.000,00		
	3	Acompanhamento da implement., Plano Ambiente Municipal	80.000,00		
	4	Dinamização das acções visando o funcionamento da estrutura local de protecção civil	250.000,00		
	5	Definição normas relacionadas c/a exploração da futura unidade turística municipal -Casa "Nhô Agnelo" e vivenda em "Pico Pires".	300.000,00		
	6	Definição dos termos de referencia sobre realização de estudos relativos à potencialidade económica e social desta região	480.000,00		
	7	Constituição de um banco de dados s/ actividades económicas em curso, neste Município	350.000,00		
	8	Compilação d'elementos fundamentais e concernentes às ligações entre S. Filipe e o resto das Ilhas	80.000,00		
	9	Organização d'encontro entre operadores económi. residentes e não reside. s/oportunid. e vantagens de investi. em S. Filipe	450.000,00		
9		<b>DESPESAS COMUNS</b>			6.516.104,00
	22	Classe Inact. - Pensão de Aposentação		2.442.036,00	
	23	Pensão de sobrevivência		100.800,00	
	24	Pensão outras despesas		1.655.268,00	
	25	Abono de família		18.000,00	
	35	Restituição indemnização		300.000,00	
	36	Despesas anos económicos findos		1.500.000,00	
	37	Dotação provisional		500.000,00	
10		<b>CONTAS DE ORDEM</b>			63.765.048,00
	38	<b>CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS</b>		63.765.048,00	
		a) Receitas do Estado cobradas pelo Município	70.000,00		
		b) Apoio Serviço Autón. Municipal mecânica Auto-SAMMA	40.973.010,00		
		c) Apoio Serv.Autón. Munic. Merc.feira, cemit.-SAMSMFC	20.722.038,00		
		d) Apoio Serv. Autón. Munic. Prom. Cult.Turís - SAMPCT	2.000.000,00		
		<b>Total</b>			<b>230.192.620,00</b>

**DESPESAS GERAIS POR CAPITULO**

CAP	DESIGNAÇÃO DO CAPITULO	IMPORTÂNCIA	VARIAÇÃO %
1	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	2.001.200,00	0,87%
2	PRESIDENCIA DA CAMARA	3.756.448,00	1,63%
3	CAMARA MUNICIPAL	4.317.200,00	1,88%
4	REPARTIÇÃO ADMINSTRATIVA E FINANCEIRA	57.553.408,00	25,00%
5	DIV PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DESEN COMUNIT	15.094.400,00	6,56%
6	URBANISMO HABITAÇÃO E OBRAS	70.148.812,00	30,47%
7	DIV SER URBA ABAST PUBLICO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	7.040.000,00	3,06%
9	DESPESAS COMUNS	6.516.104,00	2,83%
10	CONTAS DE ORDEM	63.765.048,00	27,70%
	TOTAL	230.192.620,00	100,00%

**Município de São Filipe**  
**Orçamento para o Ano de 2004**

CA	GR	AR	AL	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	IMPORTANCIA		
					P/ARTIGO	P/GRUPO	P/CAPITULO
1				<b>IMPOSTO DIRECTOS</b>			<b>14.309.453,00</b>
		1		IMPOSTO ÚNICO SOBRE PATRIMÓNIO	12.500.000,00		
		2		IMPOSTO CIRCULAÇÃO DE VEICULOS	1.809.453,00		
2				<b>IMPOSTO INDIRECTOS</b>			<b>5.620.959,00</b>
		2		SERVIÇOS DE AFERIÇÃO CONFERIÇÃO	936.613,00		
		3		LICEN. DE INST. BOMBAS COMBUSTIVEIS	58.166,00		
		4		SERVIÇOS DE OBRAS	1.300.000,00		
		5		SERVIÇOS DE PUBLICIDADE	29.000,00		
		7		OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	10.000,00		
		8		SERVIÇOS DE SECRETARIA	44.880,00		
		9		SERVICOS DE MANIFESTO DE GADO	1.000,00		
		10		LICENCIAMENTO COMERCIAL	2.490.000,00		
		11		LICEN. TRANSPORTE TERRESTRE	750.000,00		
		12		DIVERSOS	1.300,00		
3				<b>TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>			<b>2.369.700,00</b>
	1			TAXAS		1.752.700,00	
		3		SERVIÇOS DE OBRA	1.000.000,00		
		4		PUBLICIDADE E ANUNCIOS	17.000,00		
		6		OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	32.000,00		
		9		SERVIÇO DE TRÂNSITO E VELOCPEDE	20.000,00		
		10		SERVIÇO DE SECRETARIA	600.000,00		
		11		DIVERSOS	83.700,00		
	2			MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		617.000,00	
		1		MULTAS	500.000,00		
		2		TAXA DE RELAXE	15.000,00		
		3		JUROS DE MORA	100.000,00		
		5		OUTROS	2.000,00		
4				<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>			<b>2.159.099,00</b>
	1			JUROS SERVIÇO PÚBLICO		11.000,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	11.000,00		
	4			DIVIDENDOS SECTOR PÚBLICO		100.000,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	100.000,00		
	6			DIVIDENDOS OUTROS SECTORES		0,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	0,00		
	7			PAR. LUCROS SERV. AUTO. ASS. MUN. EMP. MUN.		1.096.099,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	1.096.099,00		
	8			RENDA DE TERRENOS SECTOR PÚBLICO		0,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	0,00		
	9			RENDA DE TERRENOS EXTERIOR		0,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	0,00		
	10			RENDA DE TERRENO OUTROS SECTORES		950.000,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	950.000,00		
	11			OUTROS		2.000,00	
		1		SERVIÇOS GERAIS	2.000,00		

5			<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>			<b>76.320.281,00</b>
	1		SECTOR PUBLICO		75.771.688,00	
		1	PARTICIPAÇÃO NO F.E.F	61.135.692,00		
		2	MINISTÉRIO TRABALHO E SOLIDARIEDADE - P.S.M.	9.141.600,00		
		3	ENCARGOS C/SERVIÇOS MUNICIP. PROM. SOCIAL	1.299.996,00		
		4	PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	194.400,00		
		5	COMPART. D'ESTADO N'AQUISIÇÕES DIVERSAS	4.000.000,00		
	2		EXTERIOR		38.593,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	38.593,00		
	3		OUTROS SECTORES		510.000,00	
		1	DESCONTO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	500.000,00		
		2	DIVERSOS	10.000,00		
6			<b>VENDA DE BENS DURADOUROS</b>			<b>45.000,00</b>
	3		OUTROS SECTORES		45.000,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	45.000,00		
7			<b>VENDA SERV. E BENS NÃO DURADOUROS</b>			<b>4.006.514,00</b>
	1		RENDAS DE HABITAÇÃO		660.000,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	660.000,00		
	4		RENDA DE EDIFICIOS OUTROS SECTORES		708.000,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	708.000,00		
	5		RENDA BENS DURA. SECTOR PÚBLICO		5.000,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	5.000,00		
	9		DIVERSOS EXTERIOR		6.000,00	
		1	SERVIÇOS GERAIS	6.000,00		
	10		<b>DIVERSOS OUTROS SECTORES</b>		2.627.514,00	
		1	EMOLUMENTOS	396.514,00		
		2	VISTORIAS	1.421.000,00		
		3	IMPRESSOS	480.000,00		
		4	DIVERSOS SERV BENS NÃO DURADOUROS			
		a)	SERV. TRANSPORTE, ESTACIONAM. E PARQUES	100.000,00		
		b)	DIVERSOS	230.000,00		
8			<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>			<b>31.983.066,00</b>
		1	SALDOS	26.886.256,00		
		2	DEVEDORES DIVERSOS	380.000,00		
		3	SERVIÇO C/ACTIVIDADES DIA DO MUNICIPIO	4.716.810,00		
			<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
9			<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTOS</b>			<b>27.000.000,00</b>
	3		TERRENOS OUTROS SECTORES		13.000.000,00	
		1	SERVIÇOS - GERAIS	13.000.000,00		
	4		HABITAÇÕES SECTOR PUBLICO		500.000,00	
		1	SERVIÇOS - GERAIS	500.000,00		
	6		HABITAÇÕES OUTROS SECTORES		12.000.000,00	
		1	SERVIÇOS - GERAIS	12.000.000,00		
	7		EDIFICIOS SECTOR PUBLICO		0,00	
		1	SERVIÇOS - GERAIS	0,00		
	9		EDIFICIOS OUTROS SECTORES		1.500.000,00	
		1	SERVIÇOS - GERAIS	1.500.000,00		

10			<b>TRANSFERENCIA DE CAPITAL</b>			<b>2.073.500,00</b>
	1		<b>SECTOR PUBLICO</b>		1.000.000,00	
		1	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	1.000.000,00		
	2		<b>EXTERIOR</b>		1.060.000,00	
		1	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	500.000,00		
		2	ASSOCIAÇÃO PROFESSORES BERNA-SUIÇA	560.000,00		
	3		<b>OUTROS SECTORES</b>		13.500,00	
		1	CAUÇÃO DEPOSITOS A FAVOR DO MUNICIPIO	5.000,00		
		2	BENS DOADOS ABANDONADOS PERDIDOS	5.000,00		
		3	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS	3.500,00		
13			<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>			<b>40.000,00</b>
		1	DIVERSOS	40.000,00		
14			<b>REPOSICÕES</b>			<b>500.000,00</b>
		1	DIVERSOS	500.000,00		
15			<b>CONTAS DE ORDEM</b>			<b>63.765.048,00</b>
		1	<b>Consignação de receitas</b>			
		a)	RECEITAS DO ESTADO COBRADAS PELO MUNI.	70.000,00		
		b)	RECEITAS COBRADAS PELO - S. A. M. M. A.	40.973.010,00		
		c)	RECEITAS COBRADAS PELO - S.A.M.M.F.C.	20.722.038,00		
		d)	RECEITAS COBRADAS PELO - S.A.M.P.T.C.	2.000.000,00		
			<b>Total</b>	<b>230.192.620,00</b>		<b>230.192.620,00</b>

MAPA RESUMO DA PREVISÃO DE RECEITAS POR CAPÍTULOS - ANO 2004

Cap.	DESIGNAÇÃO DE RECEITAS	IMPORTÂNCIA	VARIAÇÃO DE PERCENTAGEM
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>136.814.072,00</b>	<b>52,18%</b>
1	IMPOSTOS DIRECTOS	14.309.453,00	10,46%
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	5.620.959,00	4,11%
3	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2.369.700,00	1,73%
4	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.159.099,00	1,58%
5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.320.281,00	55,78%
6	VENDA DE BENS DURADOUROS	45.000,00	0,03%
7	VENDA DE SERV. E BENS N/DURADOUROS	4.006.514,00	2,93%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.983.066,00	23,38%
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>93.378.548,00</b>	<b>47,81%</b>
9	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	27.000.000,00	28,91%
10	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	2.073.500,00	2,22%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	0,04%
14	REPOSIÇÕES	500.000,00	0,54%
15	CONTAS DE ORDEM	63.765.048,00	68,29%
		<b>230.192.620,00</b>	

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

É dada por finda, a seu pedido, a Comissão de Serviço de Domingos Ramos Cardoso, no cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal de Santa Cruz, com efeitos a partir do dia 9 de Maio de 2005.

DESPACHO

No uso da faculdade conferida pelo Estatuto dos Municípios de Cabo Verde, aprovado pela Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho.

José António Vieira Moniz, licenciado em Administração e Controlo Financeiro, quadro do Banco Comercial do Atlântico (BCA), nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretário Municipal da Câmara Municipal de Santa Cruz, ao abrigo da conjugação dos artigos 112º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, alínea b) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, com efeitos a partir do dia 9 de Maio de 2005.

Os encargos resultantes deste acto serão suportados pelo Orçamento do Município de Santa Cruz, referente ano económico de 2005 - Cap. 4, artigo 1º, número 2.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 9 de Maio de 2005. - O Presidente, *Orlando Fernandes Lopes Sanches*.

o

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Câmara Municipal

Despacho da Câmara Municipal de Santa Catarina:

De 20 de Julho de 2004:

João António Furtado Brito, técnico superior referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina,

licenciado em Contabilidade e Administração - Ramo Administração e Controlo Financeiro, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Santa Catarina, nos termos do artigo 39º, nº 1 do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com os artigos 110º, nº 1 do Estatuto dos Municípios e 14º alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 21 de Outubro de 2004.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 11º, artigo 1º do orçamento municipal, vigente.

Câmara Municipal de Santa Catarina, ao 22 de Dezembro de 2004. - O Secretário Municipal, *Viriato José dos Santos*.

o

IMPrensa NACIONAL DE CABO VERDE, S. A.

Assembleia-Geral

Deliberação nº 2 de 2005, do Delegado do Governo na Assembleia-Geral da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A:

De 14 de Abril de 2005:

Clotilde Fortes Tienne, técnica superior da Direcção-Geral da Descentralização, é dada por finda a sua comissão de serviço, a seu pedido, no cargo de Administradora efectiva, da Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA, ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 13º, bem como, do nº 5 do artigo 14º dos Estatutos da Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA, aprovados pelo Decreto-Regulamentar nº 1/2001, de 7 de Maio, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2005.

Administração da Imprensa Nacional, na Praia, aos 24 de Maio de 2005. - A Secção de Administração e Pessoal, *José Silva Ferreira*.

# FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—oço—

## NOVOS EQUIPAMENTOS

## NOVOS SERVIÇOS

## DESIGNER GRÁFICO

## AO SEU DISPOR



## BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

### ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	5 000\$00	3 700\$00
II Série .....	3 500\$00	2 200\$00
III Série .....	3 000\$00	2 000\$00

AVULSO por cada página 10\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página ..... 10\$00

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série .....	6 700\$00	5 200\$00
II Série .....	4 800\$00	3 800\$00
III Série .....	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série .....	7 200\$00	6 200\$00
II Série .....	5 800\$00	4 800\$00
III Série .....	5 000\$00	4 000\$00

### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	5 000\$00
1/2 Página .....	2 500\$00
1/4 Página .....	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

# PREÇO DESTES NÚMERO — 180\$00